

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PARATY/RJ

PRODUTO 2 PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Abastecimento
de Água



Drenagem de
Águas Pluviais



Esgotamento
Sanitário

MAIO/2021



04	03/06/2021	Versão Final	Versão corrigida (análise do GTA/AGEVAP)
03	24/05/2021	Revisão 03	Versão corrigida (análise do GTA/AGEVAP)
02	30/04/2021	Revisão 02	Versão corrigida (análise do GTA/AGEVAP)
01	30/03/2021	Revisão 01	Versão corrigida (análise do GTA/AGEVAP)
00	24/12/2020	Revisão 00	Versão preliminar
Revisão	Data	Descrição	Detalhamento

PRODUTO 02

PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

PLANO DE MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PARATY/RJ

Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem/Manejo de Águas Pluviais

Revisão:

Versão Final

Data:

03/06/2021

Execução Técnica:

Realização:





IDENTIFICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY/RJ

Prefeito do Município de Paraty/RJ

Luciano de Oliveira Vidal

Secretário Municipal de Obras e Transporte

Fabício do Espírito Santos Soares

Secretário Municipal do Ambiente

Vinicius Soares de Oliveira

Secretária Municipal de Saúde e Defesa Civil

Carla Lacerda

Endereço:

Rua José Balbino da Silva, 142 - Pontal

Paraty – Rio de Janeiro – CEP 23970-000

Fone: (24) 3371-9900

E-mail: prefeitovidal@prefeituradeparaty.com.br



ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	4
LISTA DE TABELAS.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIAS PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	15
2.1 Fórum	21
2.2 Plenária.....	21
2.3 Processo formativo	22
2.4 Seminário.....	22
2.5 Consulta Pública.....	22
3. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	26
3.1 Diagnóstico Técnico-participativo	28
3.2 Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência	29
3.3 Programas, Projetos e Ações	29
3.4 Fases posteriores: Execução, avaliação e revisão do PMSB	29
4. EVENTOS DEMOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	32
5. CRONOGRAMA.....	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34



Comitê de Bacia Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 – Cronograma de Eventos. 33



LISTA DE FIGURAS

Figura A.1 – Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) de um PMSB	8
Figura 1.1 – Classificação quanto à participação social em seis níveis	12
Figura 2.1 – Cronograma para a realização das atividades de participação social previstas para o PMSB do município de PARATY	18
Figura 2.2 – Ilustração de uma das atividades de participação da sociedade que serão realizadas no PMSB do município de PARATY	20
Figura 3.1 – Etapas da participação social durante e após a elaboração do PMSB	27



APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no **Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS**, componente essencial do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de PARATY, elaborado entre a Prefeitura Municipal, Conducto Engenharia LTDA e a AGEVAP-Associação Pró-Gestao das Águas do Rio Paraíba do Sul, com o objetivo de prestar assessoria e consultoria na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB. Importante reforçar que a realização do mesmo se dá através dos recursos e financiamento oriundos da cobrança de recursos hídricos na Região Hidrográfica I – Baía da Ilha Grande deliberados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (Resolução CBH BIG nº 23/2019), importantíssimo instrumento e espaço de participação social da região.

O referido contrato se insere no propósito da busca continuada por acesso universalizado ao saneamento básico pautado na Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o setor de saneamento. Considerando o que dispõe a legislação federal, o PMSB visa à definição de estratégias e metas para os setores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além da drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Porém esta revisão do PMSB não contempla a vertente de manejo de resíduos sólidos.

O direito à participação da sociedade nos processos de formulação, planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas está cada vez mais frequente e consolidado nos dias atuais, não difere da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que estabelece como princípio a participação popular em todo o processo de elaboração e implementação dos PMSB.

Sendo assim, iremos definir neste documento, o planejamento de como será feita esta mobilização durante a execução do PMSB. Devido ao momento de pandemia que estamos atravessando, a maioria das atividades acontecerão de maneira remota. Quando houver necessidade de atividades em campo, todos os protocolos serão seguidos.

O Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) contemplam os meios necessários para a realização de eventos setoriais de mobilização social (debates, oficinas, reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, entre outros), garantindo, no mínimo, que tais eventos alcançassem as diferentes regiões administrativas e distritos de todo o



território do município. O PCMS (**Figura A.1**) será dividido em ações para definição dos objetivos, metas e escopo da mobilização como:

- a) Identificação de atores sociais parceiros para apoio à mobilização social; Identificação e avaliação dos programas de educação em saúde e mobilização social;
- b) Disponibilidade de infraestrutura em cada setor de mobilização para a realização dos eventos;
- c) Estratégias de divulgação da elaboração do PMSB e dos eventos a todas as comunidades (rural e urbana) dos setores de mobilização, bem como a maneira que será realizada tal divulgação, como faixas, convites, folders, cartazes e meios de comunicação local (jornal, rádio, etc.);
- d) Metodologia pedagógica das reuniões (debates, oficinas ou seminários), utilizando instrumentos didáticos com linguagem apropriada, abordando os conteúdos sobre os serviços de saneamento básico;
- e) Cronograma de atividades.

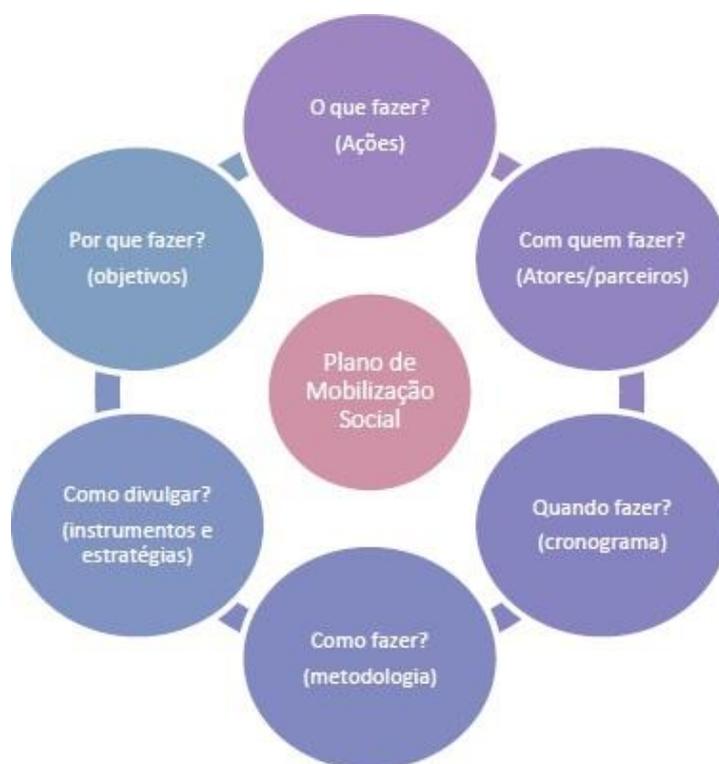


Figura A.1 – Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) de um PMSB.
Fonte: FUNASA (2012).



Mais a frente, detalharemos como, quando e quais serão as atividades para efetivarmos a participação da sociedade. De maneira geral, num primeiro momento, iremos realizar um mapeamento dos atores sociais da região, sejam lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais, representantes da sociedade civil em geral, instituições e ou universidades atuantes no município, representantes dos setores turísticos, representantes de unidades de conservação, representantes do poder público e outros setores que possam também contribuir e atuar ativamente na construção do PMSB.

Após a identificação destes atores, serão realizadas uma série de atividades para PCMS, propostas mais para frente em um cronograma mais detalhado. Assim, pretendemos buscar uma participação social mais efetiva e diversa, que de fato represente as demandas da sociedade, para que num futuro próximo a implementação do PMSB possa ser mais eficiente e compatível com a realidade do município.



1. INTRODUÇÃO

Os modelos de desenvolvimento adotados historicamente no Brasil tiveram como resultados, impactos sociais, econômicos e ambientais que provocaram uma excessiva concentração de renda e riqueza, com exclusão social e aumento das diferenças regionais (Philippi Jr. e Pelicioni, 2004). Nesse contexto, a participação social na elaboração dos planos de saneamento (exigência da Lei Federal nº 11.445/2007) surge como um forte instrumento para a convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência social, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse na coletividade e de proteção do meio ambiente, buscando-se, assim, o desenvolvimento sustentável de cada município ou região.

A participação social é um mecanismo indispensável para a eficácia da gestão pública e de suas políticas públicas. A participação no processo de elaboração do PMSB deve ocorrer a partir da mobilização social, e incluir a divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação do processo.

Os processos de formulação da Política de saneamento, a elaboração e a revisão do PMSB, deverão ser democráticos e participativos de forma a incorporar as visões e necessidades da sociedade e atingir função social dos serviços prestados. Para tanto, se faz necessário:

- ✓ Estabelecer os mecanismos para a efetiva participação da sociedade, nos processos de formulação da Política e de elaboração do PMSB em todas as etapas, inclusive o diagnóstico; Garantir a participação e o controle social, por meio de conferências, audiências e consultas públicas, seminários e debates e da atuação de órgãos de representação colegiada, tais como: Conselhos setoriais relacionados à política de saneamento;
- ✓ Estabelecer os mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre o diagnóstico e os serviços prestados e sobre as propostas relativas ao PMSB, através de uma proposta que se crie um canal de comunicação dentro das redes sociais da prefeitura e do CBH-BIG, durante todo o processo de construção do



PMSB;

- ✓ Definir os mecanismos de divulgação das etapas de discussão da política e do PMSB, bem como canais para recebimento de sugestões e críticas;
- ✓ Definir estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais;
- ✓ Prever o acompanhamento e a participação de representantes dos Conselhos setoriais relacionados à política de saneamento onde o município estiver inserido, caso existam;
- ✓ Garantir a participação por meio de seus representantes, nos Comitês de Coordenação e Executivo do PMSB e dos atores sociais.

Três modos básicos de participação social na elaboração dos planos de saneamento são citados a seguir (Brasil, 2009a):

- ✓ Direta da comunidade, por meio de apresentações, debates, pesquisas e qualquer meio que possibilite a expressão e debate de opiniões individuais ou coletivas;
- ✓ Em atividades como audiências públicas, consultas, conferências e seminários, ou por meio de sugestões ou alegações, apresentadas por escrito;
- ✓ Por meio do Comitê de Coordenação, do Comitê Executivo e de Atores Sociais, através da participação, deve ser feito também, o registro de informações que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de dados e informação.

Os níveis de participação social definem-se de acordo com o grau de envolvimento da comunidade na elaboração do plano. A título de exemplo, é apresentada uma classificação quanto à participação social em seis níveis (Brasil, 2006), conforme mostrado na **Figura 1.1**.



Figura 1.1 – Classificação quanto à participação social em seis níveis

Fonte: Lima Neto e Dos Santos (2011)

O objetivo principal da participação da sociedade organizada é envolver, verdadeiramente, a comunidade na tomada de decisões que vão estabelecer a configuração da infraestrutura de saneamento básico do município. Diante disso, para que se possa ter um plano de saneamento básico efetivamente participativo, deve-se buscar trabalhar nos níveis mais elevados de participação, quais sejam, os níveis 4, 5 ou 6, mostrados na **Figura 1.1**.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 11.445/07, em seu inciso IV, do art. 3º define que, para haver uma boa participação da sociedade deverá ser elaborado um Plano de Mobilização Social para definir a metodologia, os mecanismos e os procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participação ao longo de todo processo de formulação da política, do planejamento (PMSB) e de avaliação dos serviços públicos de saneamento básico.

Uma das condições para a participação é o conhecimento claro do problema e o acesso às informações necessárias para a elaboração do PMSB. Devem ser previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação da compreensão das informações para que a sociedade possa contribuir e fazer suas escolhas nos trabalhos de planejamento.

Para concretização desta fase deverá ser desenvolvido um Plano de Comunicação com



os seguintes objetivos:

- ✓ Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do Plano;
- ✓ Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do Plano;
- ✓ Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento e da fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

A área de abrangência do PMSB contemplará toda a extensão territorial do município de PARATY, atendendo as zonas urbanas e as rurais (adensadas ou dispersas) e áreas especialmente protegidas, além de considerar os objetivos e as diretrizes estabelecidos em outros Planos. Para tanto, será necessário envolver todos os grupos relevantes para a gestão dos serviços de saneamento básico no Município. Caso o município não possua uma instância que trate especificamente desta temática aconselhamos a criação deste espaço.

É importante assegurar a participação:

- a) dos titulares dos serviços;
- b) de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- c) dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- d) dos usuários de serviços de saneamento básico;
- e) de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico;
- f) de instituições de pesquisa e extensão atuantes no município;
- g) de lideranças comunitárias e / ou de movimentos sociais.

O primeiro passo será a identificação dos atores estratégicos: prefeituras, lideranças comunitárias, organizações sociais e econômicas, instituições de fomento, universidades, organizações ambientais e culturais, grupos de interesses. A identificação ocorrerá ao longo do processo e será sintetizada numa planilha que será apresentada ao longo do processo de mobilização social.

Além das ações de constituição de um órgão colegiado que represente todos os



Comitê de Bacia Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



segmentos da sociedade, assegura-se a ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentam, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas e conferência municipal, legitimando ainda mais o processo.

Na metodologia deste documento iremos especificar mais detalhadamente a proposta de um cronograma para realização das atividades, que será construído em conjunto com a Prefeitura Municipal de Paraty.



2. METODOLOGIAS PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A mobilização social consiste em um processo permanente de animação e promoção do envolvimento de pessoas por meio do fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover. Neste caso, são a elaboração e a implementação do PMSB. Deve basear-se em um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais, em uma rede de apoio e colaboração que estimula a adoção de parcerias e fortalece os laços de confiança.

A Equipe Técnica Municipal é a principal instância coordenadora, sendo de sua competência a coordenação das atividades que integram o processo de elaboração do PMSB. Ela também tem a função de apoiar a contratada na articulação dos atores locais e de multiplicar os conhecimentos necessários à elaboração e à implementação do PMSB com os integrantes do Comitê Local e das outras instâncias do poder público e da sociedade civil existentes no Município. Esta será composta por técnicos(as) designados como representantes dos serviços públicos municipais ligados ao saneamento. As equipes técnicas são responsáveis pela preparação do plano e pela facilitação da documentação adequada e a realização das oficinas de participação dos atores locais. A Consducto estará presente durante todo o processo, acessorando a realização das atividades, contando com uma profissional técnica do município para contribuir no mapeamento dos atores sociais e também durante a realização das atividades de mobilização.

A equipe de consultoria da Consducto Engenharia prestará apoio e assessoria a Prefeitura Municipal de PARATY, dando assim todo suporte necessário a equipe técnica municipal na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. A equipe estará presente em todos os eventos (Fórum, Plenárias, Capacitação, Seminários e Conferência) visando garantir a realização dos mesmos e o levantamento das informações necessárias para a confecção dos relatórios. Dentre as funções exercidas pela equipe de consultoria podemos destacar as seguintes: capacitação da equipe técnica da prefeitura (ajudá-los na compreensão das especificidades de cada localidade e na integração com as comunidades que atuarão), orientar na constituição dos comitês de coordenação e executivo (sugestões de representantes de instituições de Poder Público municipal, estadual e federal relacionadas com o



saneamento), guiar na escolha dos atores sociais (representantes da comunidade) e auxiliar na divulgação dos eventos e na participação da sociedade.

As atividades que darão início ao desenvolvimento do PMSB de PARATY serão descritas a seguir:

- 1) Reuniões com os representantes do poder público e da sociedade civil, além da mobilização social, com o objetivo de envolver a sociedade na construção dos planos.
- 2) Constituição de Comitês de Coordenação e Executivo. Tais grupos serão nomeados através de decreto municipal, como maneira de oficializar a sua participação não apenas na fase de elaboração do plano, mas, também, posteriormente, na fase de implementação das ações propostas.
- 3) Eleição dos Atores Sociais.

Serão criados o Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo, que serão constituídos por representantes da gestão pública e de entidades relacionadas aos setores de saneamento básico, recursos hídricos, meio ambiente, saúde pública, agricultura e planejamento.

Comitê Executivo: terá como atribuições elaborar o diagnóstico da situação, avaliar estudos existentes e propor ações para o plano, considerando o retorno obtido da sociedade durante as diversas ações e eventos propostos pelo PCMS envolvendo a participação social.

Comitê de Coordenação: terá como atribuições avaliar, periodicamente, o trabalho produzido pelo comitê executivo, criticando e sugerindo alternativas para a construção do plano.

Atores Sociais: terão como atribuição facilitar a construção de diagnósticos e propostas para soluções dos problemas locais.

Os atores sociais serão compostos por membros de associações e demais entidades das comunidades urbanas e rurais, representando toda a área de abrangência do município de PARATY.

Será realizado um **Fórum** com o intuito de discutir a realidade do saneamento básico no município de PARATY. Em seguida, serão realizadas as **Plenárias** em cada distrito, onde acontecerão as eleições dos atores sociais, onde os mesmos darão suas opiniões em relação ao



saneamento básico de sua comunidade, levando a realidade local e propostas para melhorias e intervenções que precisam ser realizadas, para que estas comunidades possam ser atendidas em sua plenitude, conforme nossa Constituição garante.

Após a eleição, será realizada a etapa do **Processo formativo** visando promover a troca de saberes dos atores sociais e dos comitês envolvidos na elaboração do plano acerca da temática de saneamento básico. Em seguida, será conduzido o **Seminário**, onde será apresentado o diagnóstico do município e serão discutidos com os representantes da sociedade os problemas locais. Posteriormente será realizada a **Conferência**, onde será apresentada o Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Participarão da **Conferência** todos os grupos formados (comitê de coordenação, comitê executivo e atores sociais), além de representantes do poder público e da sociedade civil em geral.

Segue na **Figura 2.1** uma proposta de cronograma para realização das atividades de mobilização. Porém a idéia é que essas datas sejam escolhidas junto ao GT composto por membros da Prefeitura e da AGEVAP, e que também esteja em consonância com outras agendas locais, para garantir uma maior participação dos atores envolvidos. Assim, seguindo o planejamento, iniciaremos as atividades em abril e finalizaremos em dezembro.



Figura 2.1 – Cronograma para a realização das atividades de participação social previstas para o PMSB do município de PARATY.

Fonte: Consduto (2021)



No município de PARATY, as instâncias potenciais para divulgação do PMSB e que poderão compor os comitês de coordenação e executivo são: representantes do Poder Executivo, representantes da Câmara dos Vereadores, representantes dos Prestadores dos Serviços e representantes da sociedade em geral (conselhos, instituições de ensino, entidades de classe, lideranças comunitárias e ou representantes de associações de moradores, etc.).

As ferramentas utilizadas no processo de mobilização social serão: boletins informativos, mensagens no rádio e na televisão, carros de som, faixas informativas e distribuição de panfletos informativos nas comunidades urbanas e rurais. Para cada evento realizado, serão entregues convites para representantes de órgãos públicos e representantes de entidades da sociedade civil, como forma de estimular a presença e a participação da comunidade, como um todo, no processo de elaboração do plano.

Para o município de PARATY, a comunicação das reuniões e audiências públicas será realizada através das emissoras de rádio local, jornais, site da Prefeitura Municipal de PARATY, convites escritos e falados (carro de som). Também poderão ser utilizadas as redes sociais do CBH-BIG.

Após a criação dos grupos de trabalho formados por representantes do poder público e da sociedade civil, ocorrerão oficinas para a capacitação, através de um processo formativo dos mesmos e os seminários por eixo temático para levantamento das problemáticas do setor e sistematização de propostas para superação delas.

Posteriormente será feita a divulgação dos estudos dos diagnósticos e propostas em consulta pública. Essa atividade acompanhará todo o processo de elaboração do PMSB de PARATY, com a apresentação em média de um relatório mensal. Esse relatório deverá conter uma descrição geral e registros dos eventos de participação da sociedade, contendo, geralmente, fotografias, depoimentos, atas de reunião, filmagens etc.

A **Figura 2.2** mostra uma fotografia típica de eventos de participação da sociedade na elaboração de planos de saneamento básico.



Figura 2.2 – Ilustração de uma das atividades de participação da sociedade que serão realizadas no PMSB do município de PARATY

Fonte: Conducto (2021)

Além das ações locais realizada no município, também está previsto, conforme solicitado previamente como ponto de pauta, apresentar o andamento do PMSB nas plenárias do CBH-BIG.

Sabemos da riqueza e da importância das atividades de mobilização, dos encontros, das trocas, do debate em geral e de toda a importância deste momento, porém devido ao momento que estamos passando, as atividades serão em sua maioria de maneira remota. Iremos debater junto ao comitê executivo qual a melhor maneira e a melhor plataforma que iremos utilizar, para podermos ter um bom aproveitamento da participação dos envolvidos.



Abaixo iremos descrever de forma mais detalhada e o que cada ação prevê durante o PCMS.

2.1 Fórum

No mês de maio já estaremos organizando uma lista de atores sociais, e entrando em contato através da mobilizadora local com apoio da Prefeitura. Já divulgando sobre o PMSB e pedindo que as mesmas repassem para os seus meios de atuação, além da divulgação já descrita acima.

O Fórum formaliza a primeira e grande participação popular na elaboração do PMSB, expressando o tema das Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico e o Desenvolvimento do Plano Municipal. A realização do Fórum envolverá os representantes da Consultoria Engenharia, dos Comitês de Coordenação e Executivo, da população e da Prefeitura, sendo feita a apresentação do tema “Diretrizes nacionais e o desenvolvimento do plano municipal”.

2.2 Plenária

As Plenárias têm o objetivo de apresentar a questão do saneamento básico como política pública de atenção à qualidade de vida, que proporciona o bem-estar físico, mental e social, a fim de viabilizar a participação dos representantes da sociedade civil na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Nas Plenárias ocorre a eleição dos Atores Sociais, que serão formados por membros de vários segmentos da sociedade e com coordenação compartilhada com os Comitês de Coordenação e Executivo, para promover as ações de regionalização do município, tais como: capacitação e processo formativo, eixos temáticos dos seminários, entre outras demandas que venham a surgir dos atores sociais.

A realização da Plenária envolve os representantes da Consultoria Engenharia, dos Comitês de Coordenação e Executivo, da população e da Prefeitura, sendo ressaltada a importância do desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.



2.3 Processo formativo

O processo formativo tem como objetivo criar um espaço de troca de informações entre os Atores Sociais do PMSB da área urbana, das comunidades, dos distritos e da zona rural, através da explanação de informações sobre o tema “A Importância do Saneamento Básico para a Qualidade de Vida e o Meio Ambiente”. Tendo como alvo a integração entre os participantes e a assimilação de conhecimentos teóricos que, somados às experiências cotidianas e saberes populares de cada representante das localidades, possibilitem que as demandas das comunidades possam ser manifestadas com maior clareza e entendimento.

2.4 Seminário

O Seminário tem por objetivo expor o cenário pertinente ao diagnóstico situacional dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana, além de reunir os representantes da sociedade e agrupá-los a fim de discutir, reforçar, aprofundar, ampliar e sistematizar as necessidades e expectativas sobre os três componentes do saneamento básico tratados neste plano. Também está previsto para esta ação, a aplicação de questionários para realizar uma pesquisa e buscar quantificar o valor que os munícipes estão dispostos a pagar pelos serviços de saneamento básico, o que auxiliará na identificação das melhores alternativas a serem implantadas, assim como permitirá uma análise dos subsídios que eventualmente poderão ser aplicados. Porém, vamos buscar adaptar esta pesquisa, em razão da pandemia.

2.5 Consulta Pública

A Consulta é uma ferramenta de fomento da participação social, com o efeito de conferir toda a construção do PMSB, proporcionando uma abertura democrática ao diálogo, a discussão e análise dos documentos produzidos ao longo da elaboração do plano.

A Conferência terá por objetivo analisar as atividades realizadas (Fórum, Plenárias, Capacitação e Seminário), com a apresentação do prognóstico, objetivos, metas e ações do



PMSB, mostrando a questão do saneamento como política pública de atenção à qualidade de vida, proporcionando o bem-estar físico, mental e social, permitindo a inserção, nesse processo de construção, dos representantes da sociedade, dos Comitês de Coordenação e Executivo e Atores Sociais.

Toda a elaboração dos documentos tem como base o instrumento administrativo Termo de Referência publicado pela AGEVAP através do Ato Convocatório 05/2020, a Lei Federal nº 11.445/2007 e a sua regulamentação pelo Decreto Federal nº 7.217/2010, e a publicação do Novo Marco legal de Saneamento Básico.

O Roteiro da Conferência foi formulado para que aconteçam confrontos de idéias e posições, sedimentando, assim, a construção do consenso e respostas que atendam ao interesse das comunidades, sem a vaidade das promoções e disputas pessoais, partidárias ou institucionais, que podem não contribuir para as aspirações da população e das soluções coletivas.

A metodologia para a realização da Conferência envolverá duas fases:

- Fase Preparatória: articulação entre a equipe técnica da Prefeitura Municipal, da Conducto Engenharia e os Comitês de Coordenação e Executivo, com o propósito de planejar a realização da conferência; e o desenvolvimento da programação, material informativo para os participantes e a confecção de convites, cartazes e faixas, assim como a disponibilização da versão preliminar do PMSB.
- Fase de Operacionalização: incluirá a apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico consolidado, destacando a participação da sociedade, o diagnóstico situacional e os objetivos, metas, programas e ações do PMSB, encaminhamento para debate, questionamentos e esclarecimentos de dúvidas com relação às temáticas discutidas entre todos os participantes.

De acordo com o roteiro elaborado para a Conferência, será abordada a seguinte temática:

- Prognóstico

Objetivos e Metas de curto, médio e longo alcance;



Propostas para a Universalização;
Programas, Projetos e Ações; e
Instrumentos de Gestão e Regulação.

Para tanto, as temáticas apresentadas serão abordadas segundo o cronograma:

- 1º Momento (adaptado ao sistema online)
 - ✓ Organização do espaço;
 - ✓ Recepção dos Participantes; e
 - ✓ Realização dos Registros (identificação e assinatura dos participantes)

- 2º Momento
 - ✓ Apresentação da Conferência; e
 - ✓ Composição da Mesa (a cargo do mestre de cerimônia)

- 3º Momento
 - ✓ Retrospectiva das Atividades: Grupos de Trabalho, Banco de Dados, Visita de Campo e Participação da Sociedade.

- 4º Momento
 - ✓ Exposição do Tema – Objetivos, Metas, Programas e Ações para o Município. Subtemas – Objetivos e Metas; Proposta para a Universalização; Programas, Projetos e Ações; e Instrumentos de Gestão e Regulação.

- 5º Momento
 - ✓ Destinado a Gestão atual da Prefeitura para expor ao público presente algumas considerações sobre a apresentação das temáticas do PMSB.

- 6º Momento
 - ✓ Minuta da Lei;



- ✓ Agradecimentos Especiais; e
- ✓ Encerramento.

Ressalta-se que para o 4º Momento, poderão ser levantados questionamentos e dúvidas que serão discutidos durante a exposição da temática entre a população do Município, os representantes do poder públicos e os técnicos da Conducto Engenharia.

Inicialmente, nos PMSBs já realizados pensou-se que as informações obtidas a partir das atividades de participação popular apresentariam graves inconsistências com os resultados das vistorias técnicas e das pesquisas em bancos de dados. No entanto, observou-se estreita concordância entre os resultados dessas diferentes fontes de informação. Por exemplo, quando uma comunidade se manifestava insatisfeita com relação à qualidade de água distribuída, os laudos técnicos normalmente apresentavam não conformidade com relação a esse parâmetro.

De fato, as informações obtidas através da participação popular por vezes complementaram dados técnicos insuficientes para a confecção do diagnóstico situacional e a elaboração do plano. Isso mostra que a participação popular é importante não apenas para garantir o aspecto democrático do processo, mas também para validar e/ou complementar informações técnicas.



3. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A elaboração do PMSB faz parte de um processo da organização do setor de saneamento no município. Sua aprovação será realizada em forma de lei municipal devendo ser executado por órgão do município responsável. A Consducto Engenharia irá sugerir para os técnicos da prefeitura a criação de um grupo (composto por membros da sociedade civil e membros dos comitês), que ficará responsável por avaliar a execução do PMSB que deverá ocorrer continuamente e sua revisão a cada quatro anos. As atividades relativas à continuidade do planejamento do setor de saneamento consistem da aprovação, execução, avaliação e revisão.

Em todas as etapas deve haver a participação social, conforme ilustrado na **Figura 3.1**. Esta se inicia a partir de mobilização social e deve incluir divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao setor, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo.

Neste sentido há também o reconhecimento da Lei Federal nº 11.445/2007 enfatizando a importância do controle social, entendido como “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.



Figura 3.1 – Etapas da participação social durante e após a elaboração do PMSB
Fonte: FUNASA (2012)

Para o controle social, o acesso à informação torna-se imprescindível, sendo garantido no art. 26 da Lei Federal nº 11.445/2007, que assegura “publicidade dos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto”.

Conforme definido no inciso IV do caput do art. 3 da Lei Federal nº 11.445/2007 compete ao titular dos serviços o estabelecimento dos mecanismos de controle social. No processo de elaboração dos Planos de Saneamento Básico, a referida lei, em seu § 5º do art. 19, assegura “ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas”. Uma outra proposta é que se crie uma aba dentro do site da prefeitura para que sejam disponibilizados os produtos já finalizados para qualquer pessoa interessada ter acesso, assim



como a criação de um email para que a população possa mandar suas dúvidas e contribuições.

O processo de mobilização é dinâmico e vai se moldando ao longo da construção coletiva, conforme visto na figura 3.1. Este PCMS servirá de suporte para nos nortear, porém ao longo do processo adaptaremos as demandas da sociedade, ainda mais durante este momento de isolamento social, para que consigamos atingir nosso objetivo e aproveitar a riqueza do debate, da troca de conhecimento e da participação social.

A construção do Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do processo de elaboração do PMSB, onde serão planejados todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias aplicados durante todas as etapas da elaboração do PMSB visando garantir a efetiva participação social. Tem como objetivo:

- ✓ Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- ✓ Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações;
- ✓ Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens;
- ✓ Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais;
- ✓ Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- ✓ Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.

Conforme já citado acima, a mobilização social percorre todas as fases do PMSB, sendo descritas de maneira mais detalhadas nos itens abaixo, assim como os principais objetivos de cada etapa.

3.1 Diagnóstico Técnico-participativo

- ✓ Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito do Saneamento;



- ✓ Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais;
- ✓ Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores de serviços;
- ✓ Considerar as formas de organização social da comunidade local;
- ✓ Complementar dados técnicos insuficientes para a confecção do diagnóstico situacional e a elaboração do plano.

3.2 Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência

- ✓ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro;
- ✓ Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros para a qualidade de vida da população.

3.3 Programas, Projetos e Ações

- ✓ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos;
- ✓ Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.

3.4 Fases posteriores: Execução, avaliação e revisão do PMSB

- ✓ Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico;
- ✓ Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento básico para acompanhar



e fiscalizar a execução do PMSB.

Como abordado anteriormente essas atividades são de responsabilidade do Comitê Executivo, tendo a assessoria do Comitê de Coordenação. Havendo também a participação de profissionais da área social e de pessoas que conhecem as dinâmicas sociais do município para a elaboração do Plano de Mobilização Social.

Todos os eventos de participação e mobilização social produzirão informações específicas da realidade prática de cada região do município. Estas informações serão devidamente organizadas e consolidadas e seu resultado será levado em consideração na tomada de decisões das várias fases do PMSB. Os registros de memória (atas, fotografias, relatórios e materiais de divulgação) nos eventos de participação realizados serão apresentados nos relatórios mensais simplificados, assim como o andamento das atividades desenvolvidas para elaboração do PMSB, por exemplo, a realização de visitas nas instalações públicas e privadas identificadas como necessárias para elaboração do diagnóstico dos serviços de saneamento básico.

A Prefeitura Municipal de PARATY deverá instituir, obrigatoriamente, a partir de uma legislação específica, o controle social realizado por meio de participação na formulação e implantação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação. Suas funções e competências poderão ser exercidas por outro órgão colegiado já existente no município, com as devidas adaptações da legislação, sendo assegurada a participação de representantes dos titulares dos serviços de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico, dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, dos usuários de serviços de saneamento básico e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico, nos termos do art. 47 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Em suma, o Plano Municipal de Saneamento Básico será resultado de um processo de discussão com a Sociedade Civil para a formulação da política pública do setor de saneamento básico de PARATY. Com isso serão definidos os princípios e diretrizes, assim como será feito o planejamento dos investimentos com a participação dos técnicos e da população, rumo à universalização do saneamento básico.



Comitê de Bacia Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



No tocante ao cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, é importante ressaltar que esse papel cabe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços, que deverá apresentar independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira, além de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.



4. EVENTOS DEMOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Conforme mencionado anteriormente, o Plano Municipal de Saneamento Básico de PARATY será construído por meio da participação ativa da sociedade, através de eventos, os quais serão descritos a seguir.

Alguns eventos se darão de maneira regional, de acordo com as especificidades de cada distrito, para facilitar e consolidar as demandas.

Uma vez formado os Comitês de Coordenação e Executivo, o primeiro evento a ser realizado será um **Fórum**. Este evento formaliza a primeira e grande participação popular na elaboração do PMSB, expressando o tema das Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico, o Desenvolvimento do Plano Municipal.

Em seguida, serão realizadas as **Plenárias**. Nas plenárias serão eleitos representantes locais da sede e dos distritos, que irão participar ativamente do processo de construção do PMSB. Esses atores trarão suas expectativas, diagnósticos e anseios quanto às questões relativas ao saneamento básico de sua comunidade. Caberá ainda a esses **Atores Sociais** a fiscalização de todo o processo de construção do PMSB, bem como a sua implementação.

Na sequência de eventos será realizada uma **Capacitação** com os representantes eleitos nas plenárias e os representantes dos comitês. Essa capacitação visa agregar conhecimentos relativos ao Saneamento Básico, seja do ponto de vista histórico/institucional, ou do ponto de vista técnico/burocrático. Esse evento visa ainda fortalecer o senso crítico e a noção do dever cívico.

Após a capacitação, dar-se-á a realização do **Seminário**. Neste seminário será apresentado o diagnóstico situacional do município onde será discutida com a participação da sociedade as problemáticas locais, buscando soluções viáveis e que promovam o desenvolvimento sustentável do município.

Finalizado o ciclo de seminário e os trabalhos dos Comitês de Coordenação e Executivo será realizada uma **Conferência Municipal de Saneamento**. Neste evento será apresentado o Plano Municipal de Saneamento Básico consolidado, assim como minuta de lei a ser encaminhada a Câmara Municipal de Vereadores.



5. CRONOGRAMA

Proposta de Cronograma para Mobilização Social:

Tabela 5.1 – Cronograma de Eventos.

<u>ETAPAS/EVENTOS</u>	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<u>1 - Reunião com representantes do poder institucional, e reuniões dos GT's</u>									
<u>2 - Formação dos Comitês de Coordenação e Executivo</u>									
<u>2 - Identificação dos atores sociais</u>									
<u>2 - Fórum</u>									
<u>3 - Plenárias regionais</u>									
<u>4 - Capacitação</u>									
<u>5 - Seminário</u>									
<u>6 - Conferência Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</u>									



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI Nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/_leis2007.htm

BRASIL. LEI Nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. DECRETO Nº 7.217/2010 de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm

FUNASA (2012). Termo de Referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico. 68p.

LIMA NETO, I. E. (2011). Planejamento no Setor de Saneamento Básico Considerando o Retorno da Sociedade. Revista DAE, 185, p. 46-52.

LIMA NETO, I. E., DOS SANTOS, A. B. (2011). Planos de Saneamento Básico. In: Philippi Jr., A.; Galvão Jr., A. C.. (Org.). Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. 1ª. Ed. Barueri, SP: MANOLE, p. 57-79.

_____. Ministério das Cidades. *Diretrizes para a definição da política e elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico*, Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009a.



Comitê de Bacia Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



_____. Ministério das Cidades. *Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento*. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2006.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F (2004). *Educação ambiental e sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole.